

-----ATA NÚMERO 1/2015-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM OITO DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E  
QUINZE.**-----

-----Aos oito dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Ilidio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

---Presentes, ainda, a Senhora Dra. Alicia Maria Faria Abreu e o Senhor Dr. Luis Miguel Castro Rosa, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, da Mudança e José Manuel de Sousa Rodrigues, do CDS/PP, respetivamente.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a

reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estarem presentes os Senhores Vereadores Domingos Manuel Martins Rodrigues e José Manuel de Sousa Rodrigues, cujas faltas foram justificadas pelo Senhor Presidente.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO:** - O Senhor Presidente iniciou este período desejando a todos os Senhores Vereadores um bom ano de dois mil e quinze, fazendo votos para que o mesmo seja produtivo, independentemente dos dois atos eleitorais que decorrerão, este ano, esperando que não venham interferir no trabalho do Município.-----

-----Seguidamente deu conhecimento da introdução, por motivo de urgência, dum ponto na Ordem do Dia relacionado com um Voto de Pesar pelo falecimento de José Álvaro Abreu Silva, Coordenador da USAM.-----

-----Referindo-se depois ao “Programa Escolhas”, deu a palavra à Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, para que prestasse alguns esclarecimentos.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, fez a seguinte explanação: “O “Programa Escolhas” é um programa que

procura satisfazer o Empreendedorismo e a empregabilidade jovem, sendo apoiado por Fundos Europeus com uma verba de € 20.000,00 euros, havendo uma cadeia de cinco hotéis que irão trabalhar com a Câmara na formação. Pretende-se um universo de cem formandos até aos 30 anos de idade e o objetivo é que vinte e cinco desses jovens venham a ficar com trabalho nas próprias entidades onde vão ter essa formação prática. Para aqueles que não venham a ser contratados fica o investimento na formação de jovens, que assim tem mais ferramentas e uma mais-valia que será sempre útil no seu futuro. Relevou a componente prática da formação e a ligação ao Mundo do trabalho. Para além dos parceiros que mencionou, como o grupo Cardoso, Enotel, Reid's, ACIF e a Detim, referiu a cidade geminada de Jersey, que no papel não aparece como parceiro, mas poderão intervir, o que não sucedeu ainda porque há que cumprir com um protocolo processual não compatível com a tramitação formal deste programa. A formação terá em conta as necessidades dos hotéis".--

----- - Intervindo, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, disse ser esta uma verba muito reduzida para formar cem formandos no espaço de um ano. Referiu-se a experiências passadas em que a formação servia para colmatar mão-de-obra na hotelaria a custo zero. Acabados os programas não fica nada, reconhecendo, no entanto, ser um esforço meritório e deverá ser feito esse investimento nas pessoas.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, perguntou se

era este o único programa apresentado pela Câmara, recordando um outro chamado de “capacitar”.-----

----- - Respondendo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes disse que a Autarquia está a investir noutra candidatura conjuntamente com a Câmara Municipal do Porto.-----

----- - O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vereador do Pelouro, Miguel Gouveia, que esclarecesse os senhores Vereadores sobre o andamento do processo relativo à opção gestonária, tendo o mesmo dado conhecimento do conteúdo do despacho que irá ser exarado, no sentido de reposicionamento correto nos escalões e a devolução voluntária dos valores recebidos pelos trabalhadores. O mesmo vai também no sentido do acordado com os sindicatos, pedindo a opinião/resposta dos restantes Vereadores.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, referiu que o despacho é, como já antes fora explicado na reunião, um ato necessário para que os visados possam agir judicialmente, enquanto ato administrativo recorrível nos termos gerais de Direito, por isso entende nada há a acrescentar.-----

----- - Sobre esta mesma questão, o Senhor Presidente reconheceu não restar outra alternativa senão a de fazer cumprir a Recomendação do Tribunal de Contas, efetuando o reposicionamento e o pedido de devolução.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, e ainda sobre esta matéria, disse: “Fico transtornado por não ser já um problema pacífico e resolvido este da opção gestonária,

que é uma competência do poder dos municípios. Não é pelo facto de não haver notação que se faz discriminação entre trabalhadores. Aqueles que desempenharam as mesmas funções, um teve e outro não, a respetiva notação. É uma questão jurídica a resolver de conflito entre a jurisdição administrativa e a do Tribunal de Contas. Parece que estamos em conflito de jurisdições e não temos um tribunal de conflitos”.

-----  
----- - Seguidamente, o Senhor Presidente entregou uma cópia do Relatório Interno de Auditoria a todos os partidos representados, referindo ser esta a primeira auditoria financeira.

-----  
----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia disse que era o Relatório Final na sequência do Relatório Preliminar, que já fora presente à Câmara e representa um RX das contas do Município. “Desse Relatório resultam um conjunto de situações que resumidamente, são o não cumprimento da Lei dos Compromissos, assumindo-se despesas sem o devido compromisso financeiro; alteração à génese do PAEL, que previa o pagamento às empresas locais, quando o Município, fez os pagamentos e exigiu destas o também pagamento das dívidas para com o Câmara e em terceiro lugar resulta da análise à evolução do endividamento, uma sobreavaliação em doze milhões, com as consequências daí resultantes para a gestão financeira atual do Município. Alguns dos problemas identificados no Relatório já são tidos em atenção pelo Executivo”, acrescentou.

-----  
----- - O Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, intervindo de

novo, disse que não valeria a pena pronunciar-se sobre o contexto temporal em que o Relatório foi apresentado, por ser demais evidente a intenção política do tempo da divulgação, a meio de um processo eleitoral, pelo que apenas se vai pronunciar pelo respetivo conteúdo.-----

-----Começou por referir que os eleitos do PSD sempre reconheceram a legitimidade do executivo em apurar totalmente a situação financeira do Município, e que nunca se opuseram quando a atual Câmara se decidiu sucessivamente por contratar três auditorias externas para esse efeito no espaço de um ano, muito embora as contas relativas aos exercícios de 2011 a 2013 já tivessem sido analisadas e validadas por várias entidades externas, nomeadamente o Tribunal de Contas.-----

-----Analisando brevemente o relatório de auditoria, apresentado como destinado a apurar a situação financeira da Autarquia, verifica-se, no entanto, que mais do que auditar contas visa-se criticar procedimentos contabilísticos e de contratação, com uma intenção claramente persecutória, em poucos casos detetando situações ilegais, mas na maior parte das vezes para fazer juízos de valor sobre opções políticas e de gestão, uma vez que grande parte das situações reportadas não são ilegais mas discutíveis. A maior parte das situações irregulares detetadas tem a ver com a Lei dos Compromissos, regime jurídico que entrou em vigor em 2012, para a qual a maioria das entidades públicas não estava preparada, e que causou dúvidas e dificuldades de aplicação nos Municípios de

Norte a Sul do país. Daí a razão para que algumas despesas não tenham sido formalmente objeto de compromisso, numa fase de adaptação ao novo regime, em que a exigência não poderia ser idêntica à de hoje, em que os procedimentos estão implementados e têm de ser devidamente cumpridos.-----

-----Sobre a dívida e o seu total o Relatório nada acrescenta, pois os montantes referidos são os publicamente conhecidos e sobre os quais as diversas forças políticas apresentaram os seus programas em período de campanha eleitoral-----

-----Quanto aos reparos em matéria de contratação pública, o que se diz em relação aos procedimentos por ajuste direto é que, sendo legais, o Município poderia optar por consultar mais entidades ou adotar outras modalidades, o que não é mais que um mero juízo subjetivo sobre a atuação legítima e legal de um executivo eleito.---

-----No que se refere ao PAEL, dizer que foram amortizados valores com atraso em relação ao plano previsto não é nada de novo porque os recebimentos também o foram, e as questões sobre a forma de cálculo das dívidas cujo pagamento foi financiado perdem sentido na medida em que todo o processo foi minuciosamente analisado, acompanhado e validado pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, que só libertou as verbas contratadas uma vez verificados exhaustivamente todos os elementos pedidos e apresentados.-----

-----Concluiu referindo que o relatório de auditoria poucas novidades traz, e que para pouco mais servirá que apresentar um

título de primeira página, com objetivos que pouco têm a ver com a boa governação da Câmara e os interesses dos funchalenses, e mais expressou que seria desejável que a dinâmica escrutinadora que o atual executivo manifesta, procurando remexer e lançar suspeitas sobre o passado, possa ser rapidamente substituída por uma dinâmica executiva que permita olhar para o futuro e começar a dar respostas aos problemas da Cidade.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, disse que é bom saber o que se passou e importante conhecer a intenção do Executivo sobre o que será feito com este Relatório.-----

----- - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, por sua vez, referiu que primeiro irá analisar o Relatório agora entregue.-----

---Acrescentou de seguida: “Recordo, ainda, que o Poder Local foi objeto de produção legislativa por parte do PSD/CDS nacional, que veio dificultar a gestão das autarquias. As mesmas tiveram, sem exceção, de fazer gestão imaginativa para poderem prestar os seus serviços às populações. As forças políticas, representadas na Autarquia, tomaram as suas posições políticas nos devidos momentos, e não vejo que se possa tirar outras ilações das posições assumidas”.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia referiu que a auditoria não visou apenas a dívida e os procedimentos, mas também a metodologia de cálculo. Falava-se que havia liquidez mas não se dizia que também havia dívidas. O mérito do Relatório é ser um

instrumento de trabalho para a equipa que virá fazer relatório do PAEL bem como para mudar o que deve ser mudado. Hoje, se não há fundos disponíveis não se pode fazer despesa, realçando que o Município tem todos os acordos em execução com pagamentos dentro dos prazos.-----

----- - O Senhor Presidente, referindo-se ao “timing” da apresentação do Relatório, disse que a adjudicação foi feita há muito tempo, e sem pensar em factos políticos futuros. No que respeita à necessidade de auditorias, referiu que esse escrutínio feito agora ao anterior Executivo será também elaborado, no futuro, à gestão atual, o que é normal. Sobre o Relatório, concluiu que servirá para corrigir irregularidades que existiam e por outro lado apurar responsabilidades se as houver.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, e reforçando o que fora dito pelo colega de partido, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que este Relatório terá de ter uma leitura política. Lembrou, ainda, que fora dito, que o mesmo seria enviado por e-mail para todos os Vereadores, numa primeira fase, e depois distribuído em papel. A verdade é que foi tornado público na altura da eleição para a liderança do PSD, teve uma intenção política, a de prejudicar uma das candidaturas, embora pelos resultados dessa eleição se veja que esses objetivos não foram atingidos. No mínimo deveria haver o respeito por um dever de zelo, por parte de quem divulga o Relatório, para não lhe ser imputado o propósito político, que existiu, subjacente ao mesmo.-----

----- - O Senhor Presidente reiterou que a Câmara não pode estar impedida de governar por acontecimentos políticos, qualquer que seja o partido político em causa. Nada mais transparente do que informar e que a auditoria não fora feita a pensar nas eleições para o líder do PSD como já antes explicado.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, perguntou, a título de informação, se no decurso da sessão do dia dezanove de dezembro, da Assembleia Municipal, e da reprovação do PPI, se foram pedidos pareceres ou outras soluções para resolver a questão suscitada pela não aprovação do mesmo documento.-----

----- - Respondendo a esta questão, o Senhor Presidente disse que a situação é inédita mesmo ao nível das autarquias do País. Tem conhecimento que em muitas autarquias ambos os documentos são votados em conjunto. Aguarda uma resposta do DGAL, escrita, sendo certo que dos contactos feitos, ganha força, que só não poderão ser feitos os novos investimentos previstos no PPI, mantendo-se os que vem do anterior plano, já aprovados e adjudicados.-----

---Terminou lembrando que a responsabilidade pela situação é de todos, sendo normal que condicione o normal funcionamento e gestão da Câmara.-----

----- - Prosseguindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, acrescentou que compete a uma Câmara, sem maioria, fazer os acordos com as partes, a fim de conseguir fazer passar os

documentos. Quem manda é que deve ter a iniciativa de procurar consensos, dizendo que o voto do PSD é sempre um voto responsável.-----

-----Continuando, referiu-se à colocação de um Mupi, junto à estátua de Gonçalves Zarco, que nem teve em atenção o desenho do passeio, além de um trabalho muito mal executado na implantação que nada tem de profissional, sugerindo que o referido Mupi seja deslocado cerca de três metros.-----

----- - O Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, tomou a palavra, referindo-se a uma situação, constatada, no Largo do Chafariz, junto ao Bazar do Povo, onde foram depositados imensos caixotes numa hora nobre do dia, ou seja, em hora em que muitas pessoas por lá circulam em direção ao trabalho, sem respeito pelos horários estabelecidos para reposição de stock e recebimento de mercadoria, sugerindo, a este propósito, que através das associações comerciais, fosse feita a sensibilização para o respeito das horas já definidas, sem prejuízo de atuação da fiscalização.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, alertou para uma situação ocorrida na Zona Velha da Cidade, da qual obtivera informação, em que um veículo que efetuava a recolha de lixo, não executou a diferenciação, retirando, desde o indiferenciado, aos plásticos e papel, que estariam devidamente acondicionados em contentores próprios, em contradição com o esforço do Município, para a devida separação e acondicionamento por parte dos cidadãos.-----

-----De seguida, e sobre o Teatro Municipal, disse que continuava a haver queixas em relação à gestão. No que respeita ao horário de funcionamento, opinou que não deveria encerrar entre as vinte e as vinte e uma horas, por ser manifestamente negativo para uma casa de espetáculos como aquela.-----

----- - Intervindo, e sobre a questão do Mupi, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse não ser aquela a localização autorizada em maio de dois mil e catorze, tendo já sido efetuadas notificações com vista à sua retirada e colocação no local que fora aprovado.-----

----- - Seguidamente o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, solicitou informação sobre a fiscalização nos parâmetros, atendendo a que não é visível que esteja a ser feita.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que são os mesmos funcionários que antes estavam afetos a essa fiscalização a fazê-la, cumprindo também os mesmos horários. Que pode não ser visível mas é efetiva.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, fez saber que os moradores do Bairro dos Viveiros irão entregar um abaixo-assinado, solicitando que parte do jardim seja transformado e afeto a estacionamento dos moradores do bairro, por ser muito reduzido os lugares disponíveis na zona.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, a este propósito, disse que a Câmara irá aguardar a entrada do referido pedido, devendo ser analisado a sua viabilidade, adiantando, no

entanto, que não é favorável a suprimir espaços ajardinados, criando estacionamento, e pelo facto de este jardim estar bem cuidado e tratado.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista, bem como do assunto já referenciado pelo Senhor Presidente no período antes da ordem do dia, ao abrigo do estatuído no artigo 11º do Regimento das Reuniões constatada a urgência de tomada de deliberação sobre o mesmo. -----

---O Senhor Presidente deu a palavra ao proponente, que expôs e justificou o mesmo, remetendo para o seu texto, relevando que Álvaro Silva era sobretudo uma pessoa de bem e que trabalhou na defesa dos trabalhadores enquanto sindicalista, tendo ocupado lugares de relevo em organizações sindicais nacionais.-----

**VOTO DE PESAR – José Álvaro Abreu Silva:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar que abaixo se transcreve:-----

---“Faleceu no dia 24 de dezembro de 2014, no Funchal, José Álvaro Abreu Silva, Coordenador da USAM – União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira e membro do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira. Nascido a 30 de agosto de 1964 na freguesia do Monte, concelho do Funchal, Álvaro Silva teve um destacado papel na atividade sindical e na intervenção política na nossa Região, no quadro político-social e no

movimento popular. Foi, em diversas ocasiões, candidato a deputado e a autarca, tendo dedicado muito da sua vida ao serviço do interesse comum e, em particular, ao serviço dos trabalhadores e do Povo desta Região, sempre preocupado com a salvaguarda e o reforço da capacidade reivindicativa e de luta dos trabalhadores e da sua unidade, na conquista e na defesa dos seus direitos fundamentais. Da vida de Álvaro Silva, trágica e inesperadamente interrompida, é justo destacar o seu sentido de solidariedade e toda a sua generosidade militante no exercício dos seus deveres de cidadania, quer como dirigente sindical, onde para além de ter sido coordenador da USAM, foi dirigente nacional do STAD – Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e de Atividades Diversas e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, quer enquanto membro do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira. Assim, a Câmara Municipal do Funchal, expressa o seu pesar pelo falecimento de Álvaro Silva e manifesta as sinceras e profundas condolências à sua família”.

--- - Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

**1 – VOTO DE PESAR – Maestro Eurico Martins:** - Foi submetido pelo Senhor Presidente, o seguinte Voto de Pesar:-----

---“Eurico Martins nasceu na freguesia de São Roque, no concelho do Funchal, tendo efetuado seus estudos musicais no centenário Recreio Musical União da Mocidade, instituição titular da

Orquestra de Bandolins da Madeira, a que pertencia desde março de 1974, na qualidade de instrumentalista de guitarra. Tendo estudado no Conservatório de Música da Madeira, criou, em outubro de 1990, as classes de guitarra clássica e formação musical. Em 1994, assumiu a direção da Orquestra de Bandolins da Madeira. Desde então, tornou-se o seu grande dinamizador e implementou regularidade à realização de concertos. Em 2013, foi agraciado pelo Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, com o Grau de Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. No mesmo ano, em agosto de 2013, por ocasião da celebração do 505º aniversário da cidade do Funchal, recebeu a Medalha de Mérito Municipal (Grau Ouro). Ao longo da sua vida, o Maestro Eurico Martins deu um grande contributo à cultura e música da Região Autónoma da Madeira, tendo, através da excelência do seu trabalho, pelo grande profissionalismo, pedagogia, paixão e dedicação, muito contribuído para o ensino da Música no Funchal e Região Autónoma da Madeira. Faleceu no passado dia 30 de dezembro vítima de doença. Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro Eurico Martins, manifestando à família, à Orquestra de Bandolins da Madeira, ao Recreio Musical União da Mocidade do profundo pesar pela sua perda, reconhecendo publicamente o valor do seu legado”.

--- - Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

## **2 - ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL DO MUNICÍPIO DO**

**FUNCHAL:** - O Senhor Presidente apresentou a proposta da nova Estrutura Orgânica Flexível do Município do Funchal, fazendo saber que, após a aprovação pela Assembleia Municipal da Estrutura Nuclear, competia ao Executivo a discussão e aprovação das Unidades Orgânicas e respetivas Divisões.-----

---Usando da palavra o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, respondeu que a posição política já tinha sido tomada aquando da discussão e aprovação da Estrutura Nuclear e que se mantém, no protesto sobre o “timing” escolhido, do vazio que se deixou ocorrer ao não renovar as chefias, situação que ainda se vai manter até haver os concursos feitos e as pessoas nomeadas.-----

---Disse que quem governa deve criar a sua estrutura e não poderão acusar o PSD de força de bloqueio, acrescentando: “Esta não é a opção orgânica que defendo, porque algumas situações não fazem sentido, designadamente a gestão da frota automóvel ficar nas infraestruturas e equipamentos, o que teria algum sentido quando muitas das obras eram por administração direta, mas não hoje em que tudo é praticamente executado por entidades externas, ou meter o anterior departamento de trânsito no agora departamento de Ordenamento do Território. A posição política é de abstenção viabilizando e do mesmo modo responsabilizando quem tem a responsabilidade pela alteração proposta. Espero que os regimes de substituição não se eternizem e sejam abertos os respetivos concursos públicos.”-----

---Terminando perguntou se os espaços físicos para implementação

da nova orgânica estavam a ser estudados.-----

---O Senhor Presidente afirmou que a não renovação das comissões de serviço não é inovador e que já tinha acontecido antes, havendo lugares por preencher. Certo é que as mudanças geram sempre resistências e desconfortos mas têm de ser feitas. Ouve o cuidado de ouvir as pessoas sobre a nova orgânica. Quanto aos espaços físicos está a ser estudado, e sobre a celeridade dos processos vai depender da quantidade de candidatos. -----

---Dada a palavra ao Senhor Vereador do CDS/PP, Luis Miguel Rosa, este referiu que nunca foi executivo, pelo que não se pronuncia sobre a nova orgânica, nem fará juízos de valor, entendendo que quem governa é que deve decidir como o deve fazer.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que os modelos são diferenciados nas autarquias do País e que cada uma toma as opções que entende ser as melhores. Escolhido o modelo, importante é que seja célere a sua adoção e implementação. -----

--- - Posta a votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do PSD, CDS/PP e CDU. A referida proposta fica, por fotocópia, a fazer parte integrante desta ata como anexo (A).-----

### **3 – OBRAS PÚBLICAS:**-----

----- - **Obra de “Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal – projeto de execução” – Relatório final da fase de qualificação:** - Em presença do relatório final da fase de

qualificação do júri do procedimento de contratação em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a exclusão da candidatura, consórcio, “Agrupamento Fase-Estudos e Projetos S.A./ Noraqua – Consultores de Engenharia, Lda/ Weber – Ingenieure GmbH” e a qualificação dos seguintes quatro:-----

1 – Agrupamento Ecoserviços - Gestão de Sistemas Ecológicos, Lda./Consulmar – Projetistas e Consultores, Lda.;-----

2 -Agrupamento Prospetiva – Projetos, Serviços, Estudos, S.A./Procesl – Engenharia Hidráulica e Ambiental, S.A.;-----

3 – Agrupamento SISAQUA – Sistemas de Saneamento Básico, S.A./CONSULGAL – Consultores de Engenharia e Gestão, S.A./Alphaplan, Consultadoria e Projetos Lda.;-----

4 – Agrupamento Cenor – Consultores S.A./Engidro – Estudos de Engenharia, Lda”.-----

#### **4 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:**-----

----- - **Fundação Salesianos do Funchal:** - Relativamente ao pedido formulado pela Fundação Salesianos do Funchal (proc.º 39103/14), para o uso da sala de espetáculos e hall de entrada do Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas, destinado à apresentação do espetáculo “O Príncipe e a Lavadeira”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação do Departamento Jurídico (refª 1/DJ/2015).-----

----- - **Liga Portuguesa Contra o Cancro:** - A pedido da Liga Portuguesa contra o Cancro (proc.º 33015/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, em função da informação do Departamento

Jurídico (refª 2/DJ/2015), aprovar, por unanimidade, a utilização da sala de espetáculos do Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas, para a organização de um concerto a levar a efeito pela “Orquestra Académica do Conservatório”.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 8/2015, publicada nos locais de estilo.